





# Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil<sup>1</sup>

*What is the place of black women in academy studies? An investigation of stricto sensu production on black women in Brazil*

Tales Gandi Veloso de Andrade<sup>a</sup>,  
Virgínia Marinely Almeida e Pessoa<sup>b</sup>, Viviane Santos Miranda<sup>c</sup>,  
Romilda Sergia Oliveira<sup>d</sup>

**Resumo** observando a relação interseccional que atravessa a vivência das mulheres negras, o seu enfrentamento cotidiano a desafios que coadunam marcadores de raça, classe e gênero, o presente artigo tem por objetivo analisar o olhar da academia sobre tais mulheres, essencialmente a partir da pós-graduação *stricto sensu*. Buscou-se identificar, através de um estudo quali-quantitativo, como a temática é abordada nas instituições de ensino superior brasileiras e as características associadas a sua produção: onde estão sendo produzidas (universidades, programas de pós-graduação, estados e capitais), qual o perfil dos autores, bem como o contraste de sua produtividade com outras temáticas étnico-raciais. A pesquisa contou com uma amostra de 2.723 teses e dissertações reunidas em um recorte de cinco anos, de 2017 a 2021. A partir dos dados e das análises desenvolvidas, foi possível identificar que a maior parte das produções *stricto sensu* advém de universidades públicas, que a maioria das autoras são mulheres, que as humanidades lideram dentre as áreas do conhecimento e que, apesar de outras temáticas étnico-raciais se encontrarem em expansão nos últimos anos, as produções sobre a *mulher negra* vêm diminuindo. Algumas das causalidades apontadas são os cortes de bolsas no âmbito da educação superior, que corroboram para a intensificação da fragilidade social a qual tais mulheres já se encontram submetidas.

**Palavras-chave** Mulher Negra. Produção Científica. *Stricto Sensu*. Interseccionalidade. Decolonialidade.

---

a Unimontes. E-mail: [ta.talesveloso28@gmail.com](mailto:ta.talesveloso28@gmail.com)

b Unimontes. E-mail: [virginiamarinely@gmail.com](mailto:virginiamarinely@gmail.com)

c Unimontes. E-mail: [vivianesmiranda82272@gmail.com](mailto:vivianesmiranda82272@gmail.com)

d Unimontes. E-mail: [romilda.oliveira@unimontes.br](mailto:romilda.oliveira@unimontes.br)

1 Financiamento: bolsas de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG);

**Abstract** *observing the intersectional relationship that permeates the experience of black women, their daily confrontation with challenges that combine markers of race, class and gender, this article seeks to analyze the academic perspective on such women, essentially from stricto sensu postgraduate studies. . We sought to identify, through a qualitative-quantitative study, how the theme is approached in Brazilian higher education institutions and the characteristics associated with their production: where they are being produced (universities, postgraduate programs, states and capitals), what is the profile of the authors, as well as the contrast of their productivity with other ethnic-racial themes. The research included a sample of 2,723 theses and dissertations and covered a five-year period, from 2017 to 2021. Based on the data and analyzes developed, it was possible to identify that the majority of stricto sensu productions come from public universities, which The majority of authors are women, with the humanities leading among areas of knowledge and, despite other ethnic-racial themes being on the rise in recent years, productions on black women have been decreasing. Some of the causalities pointed out are the cuts in scholarships within the scope of higher education, which corroborate the intensification of the social fragility to which these women are already subjected.*

**Keywords** *Black Woman. Scientific Production. Stricto Sensu. Decoloniality. Intersectional.*

## INTRODUÇÃO

As universidades, faculdades e instituições de ensino superior (IES) de maneira geral no Brasil, apesar de terem sua origem datada a mais de dois séculos, permanecem como ambientes marcados por profundas relações de poder. Isso porque a educação superior ainda não é totalmente democrática, acessível e inclusiva a todos, havendo grupos que, historicamente, encontram maior dificuldade em acessar tais instituições. Nesse ínterim, as mulheres negras são identificadas como um dos estratos sociais que tem negado a si o direito ao ensino superior. Quem comprova essa afirmação é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao identificar que, em 2019, apenas 10,4% das mulheres negras possuíam o ensino superior completo, por outro lado, o percentual de mulheres brancas nesse mesmo status correspondia a 23,5%, mais que o dobro das primeiras (BRASIL, 2019).

Observando tal realidade, faz-se necessário questionar: por que as mulheres negras não estão ocupando a academia? Por outro lado, é igualmente importante indagar como a academia percebe tal realidade, como ela identifica, em seus estudos e pesquisas, as disparidades que acometem as mulheres negras. Dessa forma, a presente pesquisa tem como principal objetivo investigar o lugar que a mulher negra ocupa nas produções e pesquisas científicas realizadas pelas

universidades brasileiras, especificamente pela pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Nesse percurso, procura-se responder a alguns questionamentos: qual o quantitativo de produções *stricto sensu* sobre a mulher negra? Quais universidades, programas de pós-graduação, áreas do conhecimento, estados e capitais mais produzem sobre tais mulheres? Qual a visibilidade dessa produção quando se comparada a outras temáticas étnico-raciais? Além disso, é possível afirmar que questões identitárias inerentes aos pesquisadores, como o *gênero* e a *raça*, influenciam em tais produções? É possível dizer, por exemplo, que mulheres produzem mais sobre mulheres?

Este artigo é resultado do projeto “Racismo Estrutural no Brasil: enfrentamento e protagonismo da mulher negra”<sup>2</sup>, empenhado pelo Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Tal projeto de pesquisa se propõe a analisar as questões raciais e de gênero como fatores estruturantes das relações sociais e culturais no Brasil, tendo como eixo central a mulher negra.

Tendo em vista o alcance de tais objetivos, a metodologia utilizada por esse estudo abarca a união de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa (quali-quantitativo). Na perspectiva de Minayo e Sanches (1993, p. 247), os estudos quantitativos abarcam grandes aglomerados de dados e têm como objetivo “trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis”, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. Já os estudos qualitativos “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados”. Ainda na percepção dos autores, os dois métodos de pesquisa não são antagônicos, pelo contrário, podem ser complementares, pois, ao utilizar uma investigação que coaduna as duas metodologias, é possível produzir estudos que possuem, ao mesmo tempo, olhares objetivos e subjetivos sobre uma mesma realidade, o que possibilita uma maior profundidade para a análise proposta.

Para a coleta de dados, utilizou-se o Catálogo de Teses e Dissertações, da plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo possível reunir teses de doutorado e dissertações de mestrado inerente a programas de pós-graduação de todo o Brasil. O recorte temporal abarcou o intervalo de cinco anos, de 2017 e 2021. A coleta dos trabalhos iniciou-se em fevereiro de 2022 e foi finalizada em julho do mesmo ano. Para a seleção das produções, foram elencadas quatro categorias de análise: *Mulher Negra*, *Decolonialidade*, *Racismo* e *Racismo Estrutural*. Diante dessas categorias, identificou-se, na plataforma,

---

2 Projeto institucionaliza por meio da Resolução CEPEX/UNIMONTES n° 083, de 16 de setembro de 2020.

um total de 12.726 trabalhos, inerentes às mais diversas áreas do conhecimento. Contudo, durante a coleta de dados, notaram-se algumas instabilidades no *site*, o que resultou em uma parcela significativa de trabalhos que não foram encontrados ou que não correspondiam aos indicadores selecionados. Devido a isso, não foi possível ter acesso aos mais de doze mil trabalhos observados inicialmente, de modo que se finalizou a coleta com um total de 2.723 teses e dissertações. Devido a isso, a proposta inicial, de um levantamento de caráter censitário, compreendendo todos os trabalhos da plataforma, deu lugar a uma pesquisa por *amostragem*.

Para Babbie (2003), a pesquisa por amostragem se caracteriza pela seleção de uma amostra confiável, uma *parte*, em detrimento do *todo* (censo). Para fins estatísticos, a amostra de 2.723 pesquisas corresponde a 21,4% de toda a produção, nessa perspectiva, o estudo foi configurado para contar com uma confiança de 98% e uma margem de erro amostral de 2%, para mais ou para menos. O método utilizado foi a amostragem do tipo *probabilística*, compreendida pela seleção aleatória dos trabalhos (BABBIE, 2003).

Por conseguinte, os dados e as estatísticas levantados foram analisados à luz de conceitos e categorias chave para a compreensão da realidade da mulher negra, como *gênero*, *raça*, *classe*. Além disso, foram mobilizados conceitos essenciais da teoria feminista, em especial do feminismo negro, como *interseccionalidade*, *lugar de fala* e *doloridade*. Conceitos que encontram sustentação no arcabouço teórico de autoras como Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1982), Vilma Piedade (2017) e Djamila Ribeiro (2017).

Para fins estruturais, o presente artigo se organiza da seguinte maneira: a *priori*, discute-se o papel das universidades na produção científica, tal como o seu olhar para grupos minorizados, dentre eles, as mulheres negras. Por conseguinte, para melhor compreender a singularidade das mulheres negras, analisa-se o fenômeno da *interseccionalidade*, especialmente através dos marcadores de gênero, raça e classe. A *posteriori*, apresentam-se as estatísticas e os dados coletados, que ajudam a compreender as características associadas às pesquisas *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil. As inquietações trazidas por tais resultados foram analisadas à luz da epistemologia feminista negra.

## OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DEMOCRÁTICA NO BRASIL

O Estado brasileiro reconhece a educação como um meio de emancipação e promoção da cidadania, um instrumento indispensável ao *desenvolvimento social*. Nesse sentido, a educação é contemplada na Constituição da República Federativa

do Brasil, de 1988, como: “Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já em relação à educação superior, a constituinte destaca a sua importância não só para a qualificação profissional, mas, também, para a produção do conhecimento e da ciência, capazes de responder às questões que perturbam a sociedade brasileira, contribuindo, inclusive, para a sua transformação e desenvolvimento. Além disso, a Carta Magna da República ratifica, em seus artigos de I a IV, que a oferta da educação deve ser igualitária, livre, plural e gratuita.

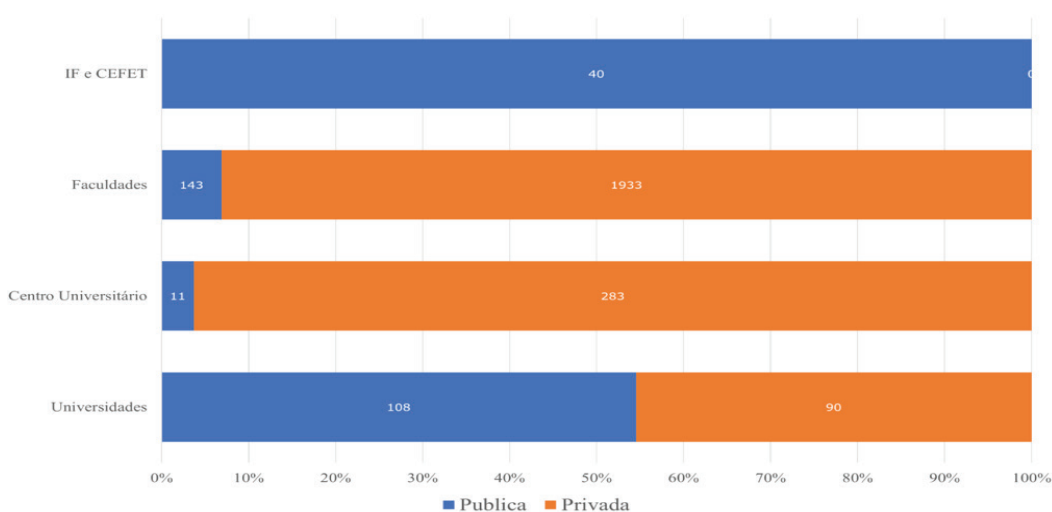
Todavia, apesar da educação ser apresentada pela constituinte como uma garantia inalienável, percebe-se que o acesso democrático à educação superior ainda não é uma realidade no Brasil. Uma vez que, por um lado, as faculdades privadas contam com valores onerosos, distante da realidade material de grande parte dos brasileiros, por outro, as universidades públicas não comportam o número de jovens estudantes que concluem, todos os anos, o ensino médio, sendo necessário um processo de seleção para a ocupação das vagas insuficientes, deixando de fora os alunos menos preparados.

Nesse sentido, a graduação e a pós-graduação se configuram como um *status de privilégio*, uma vez que muitos grupos não conseguem alcançar tais espaços. Diante disso, é preciso salientar a importância de políticas sociais que permitam o acesso de grupos outrora excluídos ao ambiente universitário, especialmente a importante *política de cotas*. Além disso, é de grande valia analisar o arranjo do ensino superior e a produção de pesquisas científicas no país, não deixando de mencionar a política de cortes e redução de recursos enfrentada de 2014 a 2020, fenômeno que impactou negativamente na qualidade das pesquisas no país, atingindo com mais contundência certos grupos.

No caminho para uma educação democrática, inclusiva e acessível é pertinente apontar a conquista e implementação da Lei 12.711/2012, mais conhecida como “Lei de Cotas”, que possibilitou o ingresso nas universidades de estratos sociais outrora marginalizados ao ensino superior, como pessoas de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCDs). Hoje, mais de dez anos depois da institucionalização da política de cotas, é possível perceber inúmeros avanços, especialmente no que diz respeito à diversificação étnico, racial e social do ambiente acadêmico, outrora racialmente homogêneo e profundamente classista. Contudo, muitas desigualdades e obstáculos ainda persistem no que tange a ocupação das universidades pelos cotistas, tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação. Nesse sentido, a permanência é um dos grandes desafios. Dessa

maneira, os incentivos financeiros, como bolsas de pesquisas e auxílios estudantis, se tornam de extrema importância.

No que diz respeito à organização das Instituições de Ensino Superior (IES) no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) identifica que, no ano de 2020, o Brasil contava com um total de 2.608 IES, distribuídas entre universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Dessas, 88,42% são privadas e apenas 11,58% públicas. As matrículas vigentes nessas instituições somam 8.604.528 inscrições, que correspondem, majoritariamente, à modalidade presencial. Por outro lado, apesar das IES públicas serem minorias, observa-se que elas são responsáveis por um maior número de universidades: das 198 universidades do país, 108 são instituições públicas e 90 pertencentes ao setor privado (BRASIL, 2020). As instituições públicas também são responsáveis por todos os Institutos Federais (IF) e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET) do país (Gráfico 1).



**Gráfico 1.** Distribuição das instituições de ensino, Brasil, 2019. FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Educacional (BRASIL, 2020).

Com relação à produção científica nas IES brasileiras, Guimarães e Oliveira (2021) *apud Clarivate Analytics* (2019, p. 3) apontam um notável desempenho da pesquisa brasileira no cenário global: “[o país] ocupa a 13<sup>a</sup> posição no mundo em termos de produção de artigos e revisões de pesquisa indexados na *Web of Science*. Somente em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50.000 artigos”. O estudo destaca as IES públicas, especialmente as universidades federais e estaduais, como as grandes responsáveis pela produção de ciência no país, além disso, é reconhecida a importância da pós-graduação para a inovação e produção de conhecimentos científicos substanciais, especialmente na figura dos programas



de mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Diante disso, é possível afirmar que a pesquisa brasileira desempenha um papel relevante no cenário mundial, além do mais, vem se expandindo em uma média acima dos outros países.

Mas, apesar do reconhecimento da importância da educação superior por parte do Estado brasileiro, vinha se observando, contrariamente, de 2014 a 2020, o exercício de uma política de cortes orçamentária no âmbito da ciência e tecnologia. Durante esse período, contabiliza-se uma queda de 37% no orçamento federal destinado ao ensino superior (BRASIL, 2021). Nessa perspectiva, Santos e Filho (2008, p. 81), sobre o financiamento das universidades, assinalam: “[...] as deficiências no desempenho da responsabilidade social da universidade não decorrem do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados”. Portanto, compreender a educação como investimento e não como gasto é um fator preponderante para a continuidade das ações desenvolvidas pelas universidades, por meio do seu tripé básico: o ensino, a pesquisa e a extensão.

É preciso dizer que a prevalência da política de cortes ameaça não só a visibilidade do Brasil no cenário mundial, como também o desenvolvimento do próprio país. Além disso, é necessário afirmar que certos grupos são mais afetados por tais medidas, essencialmente os acadêmicos e pesquisadores de baixa renda, que dependem sumariamente das bolsas e auxílios de órgãos como a CAPES e CNPq para financiar suas pesquisas.

Além disso, outros marcadores sociais podem agravar a sua situação de vulnerabilidade de tais pesquisadores, como a raça e o gênero. A submissão das mulheres a papéis sexistas de gênero, por exemplo, relega-as a uma remuneração inferior frente aos homens, condiciona-as para os cuidados domésticos e desacredita a sua potência intelectual. Por outro lado, a população negra é, marcadamente, a que mais sofre com a pobreza, com a periferização, com o pauperismo, bem como o peso do estigma e da discriminação racial. Ademais, quem é alvejado por todos esses fatores, quem enfrenta as disparidades de classe associadas às opressões de raça e gênero, são as mulheres negras. São essas agentes que sentem na pele o teor destas violências, se encontrando, dessa maneira, triplamente coagidas. Por isso, se tornam os sujeitos que recebem os menores salários, as que possuem os piores empregos e aquelas que menos acessam a educação superior.

Portanto, faz-se necessário compreender a *singularidade* das mulheres negras, o *locus* social que tais mulheres ocupam, tal como as fragilidades sociais e as violências a que estão submetidas. Nesse sentido, a investigação do fenômeno da *interseccionalidade* é indispensável para desnudar as várias desigualdades enfrentadas por elas.

## A INTERSECCIONALIDADE DA MULHER NEGRA

Para compreender as produções científicas sobre a mulher negra na pós-graduação, é necessário, antes de tudo, investigar o fenômeno da *interseccionalidade* que atravessa a existência de tais mulheres. Para Karla Akotirene (2019), o olhar da interseccionalidade brotou a partir do feminismo negro, com o propósito de se atentar para as múltiplas faces que as opressões podem tomar em um único corpo, tal como as “encruzilhadas” que elas formam quando se unem variadas secções identitárias, como raça, gênero, renda, sexualidade, origem e tantas outras. Nesse sentido, Joan Scott (1995) assinalava que qualquer investigação de cunho histórico e social deve incluir, pelo menos, três categorias de análise: o gênero, a raça e a classe. Portanto, é necessária, como ponto de partida, a definição dessas três categorias fundamentais à análise do *locus* social da mulher negra.

A primeira secção, a classe social, foi muito trabalhada pelos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels (2019). Na perspectiva dos autores, os fatores econômicos formam a *infraestrutura* da sociedade, ou seja, são as relações materiais que dão sustentação à vida social. Nessa dinâmica, o que os indivíduos são, na verdade, está condicionado ao lugar que eles ocupam no modo de produção, se são detentores dos meios de produção ou trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho. Os reflexos disso são vistos na dialética da desigualdade social: o contraste entre pobreza e acumulação; centro e periferia; segurança e vulnerabilidade; abundância e escassez.

A segunda secção, o gênero, apesar de ser uma categoria social, tem seu entendimento perpassado, a *priori*, pelo eixo biológico, ou seja, o sexo, a distinção entre *macho* e *fêmea*. Isso porque o sexo continua a ser a base daquilo que se convém chamar de *papéis de gênero*. Os papéis de gênero, por sua vez, influenciam fortemente a separação de funções na sociedade, uma vez que há certas atividades, cargos e funções socialmente reconhecidos como “masculinos” e “femininos”.

Na visão da historiadora norte-americana Joan Scott, os estudos de gênero proporcionam maneiras de investigar as formas específicas adotadas pela organização social sobre a diferença sexual, auxiliando na identificação de disparidades que as mulheres se encontram sujeitas, uma vez que o sistema de gênero valoriza o masculino em detrimento do feminino. Assim, o gênero influi em relações políticas e sociais profundamente desiguais, pois estabelece limites à liberdade, à autonomia e ao direito de escolha das mulheres. Nesse sentido, a autora acredita que o gênero é uma categoria ao mesmo tempo *vazia* e *transbordante*. Vazia porque não traz fundamento científico algum que sustente a sua prevalência, transbordante



porque implica sólidas relações de poder e lugares bem determinados no âmago social (SCOTT, 2021).

Ademais, é possível identificar uma intersecção entre a classe social e o gênero, sendo a divisão sexual do trabalho um bom exemplo. Quando se observa a existência de espaços, funções e postos de trabalho sexualmente diferenciados como *lugar de homem* e *lugar de mulher*, encontra-se diante do que convém chamar de “divisão sexual do trabalho” e, não por acaso, os postos masculinos contam com mais reconhecimento e autonomia quando se comparado àqueles ditos “femininos”. Nessa perspectiva, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012), identifica, por exemplo, que os espaços tidos como *masculinos* geralmente estão associados à liderança, à força e à virilidade, voltados para o ambiente público, sendo, em geral, cargos de gestão, enquanto os espaços *femininos* se encontram, usualmente, associados ao âmbito do cuidado, da delicadeza e da fragilidade, voltados para a natureza da vida doméstica. Além de tudo, os espaços reconhecidos como “masculinos”, geralmente são marcados por uma maior remuneração frente àqueles ditos “femininos”, o que leva a uma rigorosa disparidade econômica entre homens e mulheres.

Na discussão da terceira seccionalidade, a raça, as ideias do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) são de grande valia. Para o autor, a raça nasce no contexto dos movimentos colonialistas, sendo uma forma encontrada para legitimar a posse de territórios em que se tinha interesse econômico. Nesse primeiro momento, o domínio dos povos “sem fé, sem lei e nem rei” encontrou amparo principalmente no discurso religioso. Tais povos precisavam ser “salvos”. Já no século XIX, o pensamento racista encontrou sustentação em argumentos pseudocientíficos que buscavam comprovar uma suposta superioridade cognitiva dos brancos mediante aos negros, tendo como suporte o discurso biologizante. Portanto, Fanon defende que *raça* é uma invenção, tendo a colonização como um fator primordial para a sua existência. Mas, apesar de ser uma falácia, a raça, assim como o gênero e a classe, permanece sendo um fator profundamente *estratificante*, ou seja, responsável pela diferenciação dos indivíduos em sociedade.

A raça, assim como o gênero, também é atravessada pela classe social. Nessa perspectiva, os sociólogos Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) são enfáticos ao identificar, no Brasil, a profunda influência que a raça tem na determinação da classe social. Os autores demonstram que, além da discriminação explícita sofrida pela população negra, vista nos insultos racistas, na desqualificação de sua cultura e na rejeição estética de seus traços fenotípicos, o negro sofre, também, de uma violência econômica, marcada pela marginalização social. Isso porque, mesmo depois da abolição, a população negra continua a ser a mais subjugada à exploração

do trabalho, a que mais enfrenta o subemprego, a violência, a má remuneração e o acesso precário aos serviços de saúde, educação e habitação.

No ponto de encontro dessas três categorias, ou seja, na intersecção da *raça*, da *classe* e do *gênero*, encontram-se as mulheres negras. A vulnerabilidade social da mulher negra é identificada por inúmeras desigualdades. Em uma sociedade de modelo patriarcal, classista e racista, está determinada uma hierarquia social que delimita quem tem direito à cidadania, ao exercício de postos de poder e à *fala*. Em ambientes de poder, por exemplo, a mulher é relegada à função de ouvinte, pois tem, a todo o momento, sua fala cortada e silenciada. E, se ela for negra e pobre, então, a única possibilidade da sua presença em um ambiente de poder é desempenhar alguma função de subordinação, como serviçal ou faxineira. Nesse sentido, as mulheres negras, na produção social, são historicamente aprisionadas a postos de trabalhos subordinados, sendo o trabalho doméstico um bom exemplo.

Além disso, a filósofa norte-americana Angela Davis (2016) demarca algumas diferenças entre as mulheres brancas e racializadas. Segundo Davis, a mulher negra nunca correspondeu ao ideal de feminino colocado pelo século XIX, pois nunca seguiu o pressuposto de mulher frágil, submissa e enclausurada ao ambiente doméstico. Pelo contrário, as mulheres negras, além de desempenhar os serviços domésticos, sempre trabalharam pesado, na roça, no plantio, na colheita, no corte de lenha e cana, enfim, trabalhos braçais idênticos ao desempenhado pelos homens. As mulheres negras, em nenhum momento, foram afastadas do mundo do trabalho, muito menos tratadas como frágeis e incapazes.

Portanto, o fenômeno da interseccionalidade é preponderante para compreender as disparidades que acometem as mulheres negras. Diante dessa perspectiva, é preciso dizer que todas as desigualdades e violências enfrentadas pelas mulheres negras refletem, indubitavelmente, no ambiente acadêmico. Observa-se que, mesmo diante da importante política de cotas, que facilitou o ingresso de diversos estratos marginalizados no ambiente acadêmico, ainda é nítida a baixa ocupação de mulheres negras nas instituições de ensino superior. Portanto, faz-se necessário questionar o papel das instituições de educação nessa discussão: a academia está atenta para a situação de vulnerabilidade das mulheres negras?

## **A PRODUÇÃO *STRICTO SENSU* SOBRE TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL**

Diante do propósito de investigar a produção científica *stricto sensu* no Brasil, utilizou-se do banco de dados disponibilizado pela CAPES, a *Plataforma Sucupira*, que reúne um catálogo com milhares de teses e dissertações, inerentes

aos programas de pós-graduação brasileiros. Para a seleção, utilizou-se de quatro categorias de análise: *racismo*, *racismo estrutural*, *mulher negra* e *decolonialidade*. A partir do levantamento, observou-se, em um primeiro momento, um total de 12.726 trabalhos, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas de 2017 a 2021, incluindo todas as áreas do conhecimento. Entretanto, durante a coleta de dados, percebeu-se que a maioria dos trabalhos ofertados pela plataforma, devido a um conjunto de problemas técnicos<sup>3</sup>, não foram encontrados ou não correspondiam às palavras-chave pesquisadas. Assim, selecionou-se uma amostra de 2.723 teses e dissertações. Para fins estatísticos, é preciso dizer que a natureza amostral não prejudicou em nada o estudo, uma vez que a amostra selecionada conta com grande representatividade, possuindo um alto percentual de confiança e uma estreita margem de erro.

Ao analisar os trabalhos de pós-graduação reunidos, percebe-se que a temática mais recorrente foi *racismo*, presente em 70% das teses e dissertações, em seguida, *mulher negra*, observada em 41% das produções, seguido por *decolonialidade*, observada em 30%, e, por fim, *racismo estrutural*, presente em apenas 5%. É importante salientar que muitos dos trabalhos traziam mais de uma destas temáticas em seu corpo, podendo haver, por exemplo, uma dissertação que discute, conjuntamente, *racismo* e *mulher negra*.

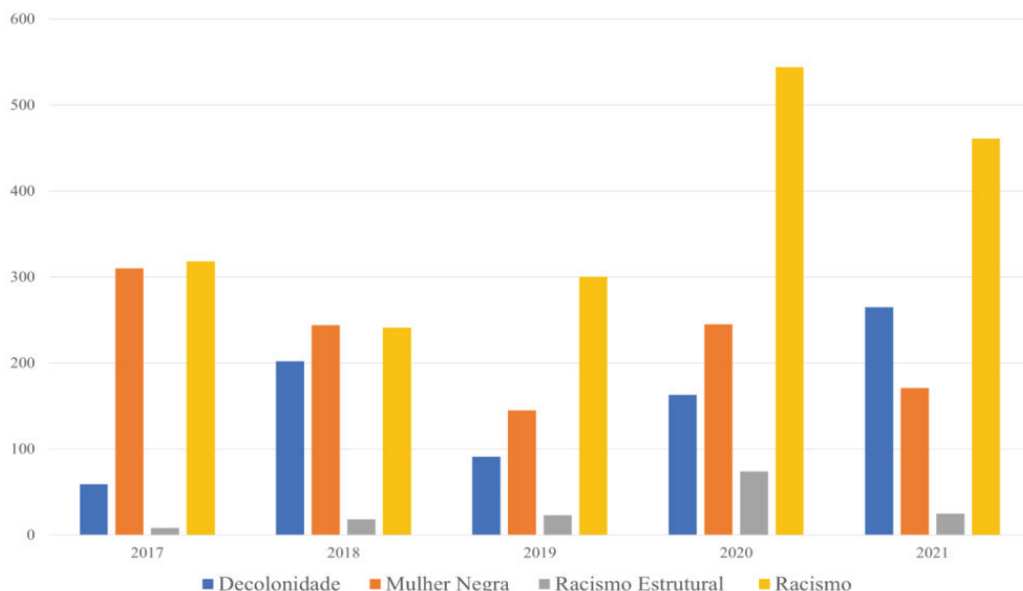
Observando a evolução da produtividade no intervalo de cinco anos, de 2017 a 2021, percebe-se uma evolução bastante diferente no que tange as quatro categorias selecionadas (Gráfico 2). *Decolonialidade* obteve, nesse período, um impressionante aumento de 350% no número de publicações, portanto, mais que triplicou a sua produção, sendo o tema que mais expandiu. Logo em seguida, com a segunda maior expansão, *Racismo estrutural*, com um aumento de 212%, duplicando seu número de publicações. Em terceiro, *racismo*, com um crescimento de 45%, número, também, bastante expressivo. Por outro lado, na perspectiva da *mulher negra*, contrariando o aumento percebido nas demais categorias, notou-se uma queda de 45% durante o mesmo intervalo de cinco anos, sendo, portanto, o único tema que apresentou um encolhimento no número de publicações. Realidade preocupante, uma vez que sua produção caiu quase pela metade.

Além disso, é perceptível que todas as produções apresentaram queda, ou pouco crescimento, se comparado o ano de 2017 ao de 2019, mas, por outro lado,

---

3 No ano de 2022, observou-se que a Plataforma da CAPES enfrentou períodos de instabilidades marcadas por páginas fora do ar, discrepância de dados, links e erros de filtros que não correspondiam à palavra-chave pesquisada, além de endereços que não levavam aos trabalhos originais.

todas as temáticas registraram um pico de crescimento no ano de 2020, seguido por queda em 2021, exceto o indicador decolonialidade.



**Gráfico 2.** Evolução das produções científicas stricto sensu, Brasil, 2017-2021. Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados na plataforma CAPES, em 2022.

Em uma análise do perfil dos pesquisadores, identificou-se que 70% das publicações foram escritas por mulheres e apenas 30% por homens. Isso demonstra que as pesquisadoras de pós-graduação mulheres se interessam, mais que os homens, por temas relacionados à questão racial, de gênero e pelo movimento decolonial. Em outra perspectiva, notou-se que a maior parte das produções, 75%, era de conclusão de mestrado, e 25% de doutorado. Fato que já era esperado, pois, como se sabe, os programas de mestrado são mais numerosos, possuem maior número de vagas e um tempo reduzido de conclusão quando se comparado aos programas de doutorado.

Investigando a origem de tais trabalhos, se identifica que a maioria das teses e dissertações reunidas provinha de universidades federais, 63% do total, e estaduais, 20%. Diante disso, se observa que as universidades públicas produzem, sozinhas, 85% de todas as pesquisas *stricto sensu* do país, ao passo que as privadas representam somente 15% desta produtividade. Dentre as IES, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a que mais se destacou em termos de pesquisas *stricto sensu* sobre os quatro indicadores, sendo responsável, sozinha, pela produção de 3% de todos os trabalhos do âmbito nacional. Logo em seguida, vieram o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) e a Universidade de São Paulo (USP), ambos com dois 2% da produção.

Dentre as áreas do conhecimento, as Ciências Humanas ganham destaque: são responsáveis por mais da metade das produções, atingindo, sozinhas, 61% do total. Em seguida, as Sociais Aplicadas, com 22%, e as Biológicas e da Saúde, com 9%. Já era de se esperar que as ciências humanas e sociais tomassem a dianteira no que diz respeito às pesquisas sobre questões étnico-raciais, uma vez que possuem maior afinidade teórica e metodológica nesse campo. Já em relação aos programas de pós-graduação, o que mais se destacou foi a Educação (14%), seguido pelo Direito (6%) e pela Psicologia (5%). Tais dados surpreendem, especialmente quando se percebe que áreas clássicas no debate das temáticas raciais não possuem uma produção tão expressiva acerca das categorias selecionadas, como é o caso da sociologia, antropologia, ciência política e filosofia.

Em relação à localização geográfica das pesquisas, identifica-se que o estado que mais produziu foi o Rio de Janeiro, sendo a origem de 19% de todos os trabalhos de pós-graduação levantados, logo em seguida veio o estado de São Paulo, com 16% da produção, e em terceiro a Bahia, com 9%. Dentre as cidades, a lógica permanece a mesma: o Rio de Janeiro lidera, ao produzir 12%, seguido por São Paulo (7%) e Salvador (5%).

Diante das estatísticas apresentadas, alguns fatores suscitam a atenção, como o gênero dos pesquisadores, os estados e as universidades que mais produzem. Nesse sentido, é interessante notar que tanto a UFBA quanto o CEFET-RJ, apesar de não estarem entre as maiores universidades do país, estão entre as que mais produzem acerca das questões étnico-raciais. Da mesma maneira, o estado e a capital do Rio de Janeiro lideram isoladamente no número de produções, superando até mesmo São Paulo, estado brasileiro que conta com o maior número de universidades e centros de pesquisa do Brasil, mas que, mesmo assim, é relegado ao segundo lugar quando o assunto são as questões raciais. Igualmente, o estado da Bahia e sua capital contam com uma produtividade acerca das questões étnico-raciais que impressiona, uma vez que não possuem tanto destaque no cenário nacional no que diz respeito à produção de pesquisas de modo geral.

Na tentativa de explicar tal realidade, essencialmente a visibilidade dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como de suas universidades, Andrade *et al.* (2024) trabalham com a hipótese da existência de pautas identitárias, ligadas, essencialmente, à raça dos pesquisadores, pois acreditam que tal marcador pode exercer influência sobre o interesse destes em pesquisar as questões raciais. Nesse sentido, os autores pontuam que tanto a Bahia quanto o Rio de Janeiro são, respectivamente, os estados com o maior número de pessoas que se autodeclararam

“pretas”, como demonstra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2019 (BRASIL, 2022).

Além disso, outro fator preponderante apontado pelos autores é a política de cotas inerente às duas universidades que mais produzem pesquisas sobre as questões étnico-raciais, a UFBA e o Cefet-RJ. Ambas são identificadas como possuidoras de políticas de cotas substanciais, o que contribui para um corpo discente com grande número de pessoas negras. Na UFBA, por exemplo, 75,6% de seus estudantes se declaram como pretos ou pardos (ANDRADE et. al., 2024). Esses fatores levam a crer que a cor/raça dos pós-graduandos pode, de alguma maneira, exercer influência sobre as temáticas pesquisadas por eles.

## **O OLHAR DAS PESQUISAS STRICTO SENSU SOBRE A MULHER NEGRA**

Ao analisar isoladamente os trabalhos de pós-graduação que abordam a “mulher negra”, excluindo as demais categorias (racismo, racismo estrutural e decolonialidade), surgem algumas questões que merecem ser discutidas. Em primeiro lugar, percebe-se que as áreas do conhecimento que mais pesquisaram sobre a mulher negra, mesmo após a desagregação das outras temáticas, continuam a serem as Ciências Humanas (48%), Sociais (19%) e Biológicas e da Saúde (15%), respectivamente. Mas, apesar disso, nota-se uma diminuição da produção nas Humanas (-13%) e Sociais (-3%), mas, por outro lado, um aumento na área das Biológicas e da Saúde (+6%). Tal realidade aponta para uma perda de interesse das ciências sociais e humanas em debater a temática da mulher negra, mas, contrariamente, um maior interesse por parte das ciências biológicas e da saúde.

No que diz respeito aos programas de pós-graduação, a Educação (10%) e do Direito (5%), continuam a liderar nas produções, contudo, também encolheram o seu número de publicações. Por outro lado, as Letras tomam o lugar da Psicologia, conquistando o terceiro lugar, ao lado do Direito, com 5%. Por outro lado, continua a se perceber que áreas do conhecimento com arcabouços teóricos essenciais na discussão da interseccionalidade, como as ciências sociais, não apresentam uma produtividade expressiva, também, sobre a mulher negra.

No que tange às universidades, a UFBA continua liderando, com 3% da produção nacional, mas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) surge em segundo lugar, em pé de igualdade com a USP, ambas com 2%, substituindo, então, o CEFET/RJ.

Com relação ao gênero dos pesquisadores, um fator chama a atenção: o aumento significativo nas produções escritas por mulheres, que subiu 16 pontos



percentuais. As autoras representam, agora, 86% do total. Por outro lado, os trabalhos escritos por homens caíram para 14%. Isso implica dizer que de cada dez trabalhos que debatem a temática da mulher negra, 8,6 são escritos por mulheres. Por outro lado, quando se trata das pesquisas que abordaram a *saúde da mulher*, a autoria feminina alcança 90% dos trabalhos. Esse fato corrobora para o apon-tamento de um fenômeno de autoria, quase exclusiva, por parte das mulheres no tocante à temática da mulher negra. Assim, o gênero, ao lado da raça, é identificado como um marcador identitário que, possivelmente, pode influenciar nas pesquisas.

Nesse sentido, é importante observar que o debate de problemáticas que envolvem o feminino, como a violência de gênero, o sexismo, o patriarcado, o trabalho doméstico, tal como os estudos da saúde da mulher, em áreas como a ginecologia e a obstetrícia, se tornam temas, quase que exclusiva, de competência das próprias mulheres. Nessa perspectiva, é compreensível que seja as mulheres quem tome o protagonismo na discussão de tais assuntos, pois, afinal de contas, são elas que vivenciam tal realidade, o que vai de encontro ao conceito de *lugar de fala*.

Por outro lado, alguns podem tentar explicar esse fenômeno pelo viés da *sororidade*, ou seja, uma possível união das mulheres, através do *gênero*, para a investigação das questões que as atravessam. Contudo, não é assim que Vilma Piedade (2017) encara essa realidade. Para a autora, o que une as mulheres negras para o enfrentamento das opressões é o compartilhamento da mesma dor, e não “laços de gênero”. Essa dor, por sua vez, é percebida nas cicatrizes deixadas pela escravidão, nos ataques à cor da pele e no convívio diário com os insultos racistas. A autora defende, assim, para as mulheres negras, em oposição à sororidade branca, o conceito de *doloridade*, “pois contêm as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta” (PIEADADE, 2017, p. 16-17).

Diante dessa perspectiva, é inegável que a identificação da raça/cor das pesquisadoras, mestrandas e doutorandas que estão discutindo a temática, se mostraria como um fator importante para sustentar a tese de uma possível influência da identidade racial. Contudo, avaliou-se que uma investigação das fotografias contidas no currículo *lattes* das pesquisadoras, a fim de identificar a raça/cor, seria algo categórico demais, tendo em vista que, atualmente, a raça e cor se configuram como uma autodeclaração.

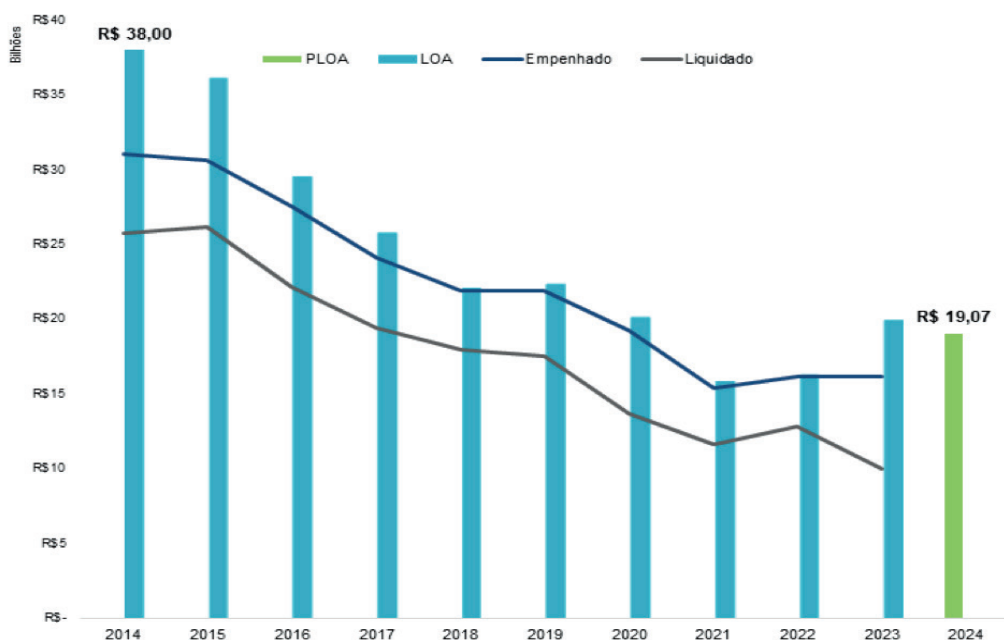
Apesar disso, ainda assim é possível inferir que as mulheres negras têm um papel importante nos estudos e pesquisas sobre elas mesmas. Uma vez que esse fato é percebido no mercado editorial: a maioria dos livros que abordam a intersecção de gênero e raça, bem como a questão do feminismo negro, não por acaso, são escritos por mulheres negras, como é o exemplo de autoras como Angela Davis,

Djamila Ribeiro, bell hooks, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, dentre tantas outras. Portanto, salienta-se a importância destas mulheres que se empenham em questionar o sistema de opressão que interliga o gênero, a raça e a classe. Dessa forma, as autoras discorrem em seus textos sobre o lugar que elas ocupam na sociedade, sobre suas urgências e angústias, pois são elas que vivem na pele, todos os dias, o teor de tais desigualdades.

Por outro lado, estando atenta às nuances do “lugar de fala”, Djamila Ribeiro (2017) afirma que, apesar de ser um fator intimamente ligado à vivência, encontra-se longe de ser um monopólio, pois as mulheres não devem ser as únicas a discorrer sobre as questões de gênero; assim como as mulheres negras não devem ser as únicas a falar sobre as violências que coadunam raça e gênero. Pelo contrário, é um dever de toda a sociedade e todo pesquisador se atentar para tais questões.

Além disso, o levantamento demonstra que não são somente os homens que se abstêm do debate das questões interseccionais, mas esse comportamento também é reproduzido por grandes áreas do conhecimento. É uma realidade, por exemplo, nas engenharias e nas ciências exatas e da terra, já que o número de produções relacionadas à mulher negra encontrado nesses segmentos foi ínfimo, não chegando a representar, juntas, (1%) dos trabalhos. A escassez de pesquisas também é percebida em áreas expressivas das humanidades, como a filosofia, a economia e a demografia.

Outro fato que suscita preocupação é a queda no número de produções científicas sobre a mulher negra nos últimos anos, tendo sua produtividade reduzida quase pela metade do ano de 2017 a 2021. Um dos fatores que podem explicar tal encolhimento no número de pesquisas é o impacto dos cortes no âmbito da ciência que o Brasil sofreu nesse período. Nesse sentido, é identificado o exercício de uma contundente política de corte nos recursos destinados à educação, incluindo as agências de fomento à ciência, a partir do ano de 2014, como é possível observar no gráfico 3.



**Gráfico 3.** Orçamento do Conhecimento, Brasil, 2014-2024. Fonte: Observatório do Conhecimento (2024).

De acordo com os dados do Observatório do Conhecimento (2024), o orçamento da pasta da educação sofreu, ao longo da última década, uma redução média de cinco por cento ao ano, atingindo os menores valores em 2021 e 2022. Foi somente no ano de 2023 que os investimentos voltaram a crescer. Mas, apesar da trajetória de cortes ser interrompida, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>4</sup> prevê cerca um bilhão a menos para o ano de 2024, o que ainda representa 50,17% a menos do que em 2014. Além disso, as perdas acumuladas desde 2014 somam cerca de R\$ 117 bilhões de reais.

Acredita-se, portanto, que os cortes na educação podem ser um dos principais fatores que levaram à queda observada em quase todas as pesquisas a partir do ano de 2020. Contudo, é preocupante o fato dos cortes terem um impacto maior nos estudos da *mulher negra*. A explicação pode estar no fato da maior vulnerabilidade econômica a que as autoras estão submetidas, uma vez que as mulheres recebem, em geral, menos que os homens. Quem comprova essa realidade é o IBGE, ao apontar que as mulheres recebem, em média, 21% a menos que os homens e, se forem negras, podem chegar a receber até 57% a menos que os homens brancos.

4 A PLOA é o orçamento realizado anualmente pelo governo federal, e enviado ao Congresso Federal para aprovação, no qual são previstos os gastos públicos nos mais diversos setores. Nesse contexto, o orçamento destinado aos órgãos, instituições e Ministérios que compõem a pasta da educação é denominado como Orçamento do Conhecimento.

Entre as que possuem o ensino superior completo, essa disparidade é ainda maior: chega a 59% (BRASIL, 2019). Sendo as mulheres identificadas como as mais vulneráveis economicamente, as bolsas se tornam decisivas para a permanência delas na academia e, conseqüentemente, para a sobrevivência dos estudos sobre a *mulher negra*, uma vez que são as mulheres que majoritariamente pesquisa tal temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior ainda permanece distante do ideal de “educação democrática” colocado pela Constituição da República, pois, nesses espaços, é recente o ingresso de grupos reconhecidamente marginalizados, como é o caso das mulheres negras. Tais mulheres têm sua trajetória atravessada por desigualdades que coadunam obstáculos colocados pela raça, classe e gênero, enfrentando o racismo, o sexismo e sendo aquelas que mais sofrem com a falta de renda, com o subemprego, com a violência e com o acesso precário às universidades, tanto em nível da graduação como da pós-graduação.

Nesse sentido, esse estudo buscou identificar a percepção da academia acerca das mulheres negras, objetivando levantar as características associadas à produção no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* sobre tais mulheres: de onde elas partem (universidades, estados, capitais, áreas do conhecimento), o perfil dos pesquisadores e o seu contraste com outras temáticas étnico-raciais.

Dentre os resultados mais relevantes, identificou-se que as IES públicas desempenham um papel primordial para a sobrevivência de tais pesquisas no país, pois 85% dos estudos relacionados à mulher negra partem delas, em especial as universidades federais. Por outro lado, analisando a produtividade relacionada à mulher negra com outras categorias próximas, notam-se questões relevantes. Nos últimos cinco anos, percebe-se um aumento das pesquisas *stricto sensu* relacionadas ao racismo, ao racismo estrutural e à decolonialidade, contudo, a produção sobre a *mulher negra* contrariou tal aumento, sendo a única categoria que encolheu nos últimos anos, reduzindo quase pela metade (-45%). Um dos fatores que podem explicar esse encolhimento é o corte orçamentário que acometeu a ciência e tecnologia entre os anos de 2014 e 2022. Diante disso, é perceptível que alguns grupos sociais foram mais afetados por tais cortes, dentre eles, pessoas de baixa renda, mulheres, negros e, propriamente, as mulheres negras.

Por outro lado, a participação massiva de pesquisadoras mulheres, principalmente no que diz respeito à produção sobre a *mulher negra* (no qual chegam a representar 86% dos autores), leva se pensar na influência de fatores identitários, ou seja, aquilo que Piedade (2017) denomina de *doloridade*: a união das mulheres

por meio da dor. Nesse sentido, é possível afirmar que sim, *mulheres produzem mais sobre mulheres*. Sendo assim, o ingresso de mulheres, especialmente de mulheres negras, no ambiente acadêmico eleva a produção de pesquisa sobre o seu *locus* social, o que contribui para a descolonização da academia, abalando o sistema patriarcal e eurocêntrico enraizado nesses espaços.

Contudo, é preciso dizer que os dados apresentados são preocupantes, vez que os estudos sobre as mulheres negras vêm reduzindo assustadoramente. Quando o IBGE (2020) afirma que as mulheres negras correspondem a menos da metade das mulheres brancas que frequentam a universidade, ele corrobora para a reflexão sobre o apagamento que a temática vem sofrendo nos últimos anos. Nesse sentido, é preciso desmistificar essa discussão, pois falar sobre gênero e raça não é “assunto de mulher” nem um “problema de negro”, muito menos uma competência restrita às ciências humanas. Pelo contrário, todo pesquisador e toda área do conhecimento, essencialmente aqueles que produzem pesquisas com impacto social, tem o um dever de realizar recortes que abarque, ao menos, a classe, a raça e o gênero em suas pesquisas, pois são categorias fundamentais para a identificação de desigualdades estruturais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. G. V.; ALMEIDA E PESSOA, V. M.; SANTOS MIRANDA, V.; DE OLIVEIRA, R. S. **Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra?** *Revista Serviço Social em Perspectiva*. p. 178–204, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6724>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70 Ltda, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Censo escolar da Educação Superior: notas estatísticas 2019**. Brasília, DF: Inep, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente**. Brasília, DF: Ipea, 2021. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825\\_publicacao\\_preliminar\\_nt\\_politicas\\_publicas\\_para\\_ciencia\\_e\\_tecnologia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf)

- \_\_\_\_\_. **CAPEs**: catálogo de teses e dissertações. 2022. <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>
- \_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf)
- \_\_\_\_\_. **IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.
- GUIMARÃES, Jussara Maria; OLIVEIRA, Romilda Sergia. **Educação superior e assistência estudantil em Minas Gerais**: das lutas e resistências nasceu a flor. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021. <http://editora.unimontes.br/index.php/ebook/ebook-livros>.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. **Balanco do Orçamento do Conhecimento – PLOA 2024**. Observatório do Conhecimento, 2024. Disponível em: <<https://observatoriodoconhecimento.org.br/balanco-do-orcamento-do-conhecimento-ploa-2024/>>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- MINAYO, Maria; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1993.
- PIEIDADE, Vilma. **Doloridade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PNAD; IBGE (2020). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf).
- RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma nova universidade. Coimbra, 2008.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: ainda uma categoria útil de análise? Albuquerque: Revista de história, 2021.

---

Recebido: 25/04/2024 | Aprovado: 02/07/2024